

Uma visita guiada. As salas de Filosofia da Universidade de Évora

Maria Teresa Santos

Introdução

Neste texto de homenagem registo a preferência que Irene Borges Duarte sempre manifestou pela lecionação das aulas de Filosofia (licenciatura, mestrado, doutoramento) no edifício do Colégio do Espírito Santo, da Universidade de Évora, e, em particular, nas três principais salas reservadas ao ensino da Filosofia no período da Segunda Escolástica (1559-1759). As salas estão revestidas com silhares de azulejos oitocentistas representativos de escolas do pensamento antigo, de experiências da Filosofia Natural e de temas metafísicos. Cada painel pode servir de motivação para visitar a história da filosofia e do seu ensino: mestres e temáticas. O impacto visual é forte e qualquer visita demora tempo para acomodar o olhar à luminosidade refletora dos azulejos e aos puzzles que formam os painéis, criando perspectivas que acolhem as figuras, numa performance em suspensão. As figuras eternizam-se em posições e gestos significativos de quem ensina, escuta, discute, lê, reflete, escreve, experimenta, desenha, observa, (...), como se lhes coubessem registar a tradição multimodal do exercício filosófico. Mas a visita que propomos a Irene Borges Duarte não demora nem tem alinhamento histórico-descritivo ou considera teorias da imagem. Será algo mais simples e breve; algo no cruzamento de *ludus* e *locus*: responder a três perguntas, uma por sala, como se participasse num *peddy-paper*. A esperá-la e a acompanhá-la terá uma surpresa.

Fé, razão e educação

Para uma universidade orientada sob o lema “Ad maiorem dei gloriam”, a razão e a educação encontram na fé a verdade absoluta que as funda e lhes valida o exercício conjunto. A constitutiva referencialidade da razão à fé garante a apodicticidade de alguns conhecimentos disciplinares e de princípios pedagógicos, fornecendo a pauta para leitura dos painéis de azulejos. Isto significa que é questionável tomar os painéis como páginas ilustradas de livros parietais e criticar, a partir deles, o ensino dos jesuítas, em particular por não salvaguardar nem o rigor nem a atualidade do saber científico de oitocentos. Distinto é, por um lado, reconhecer que as cenas imagéticas não condizem com o estado do conhecimento científico entre 1744 e 1749, anos correspondentes ao período de revestimento das paredes, e, por outro lado, admitir que haveria intenção em usar os painéis para mostrar publicamente que a razão e a educação referem-se ao critério prioritariamente fideístico da verdade e não ao critério da verdade científica. Nada permite afirmar que o ensino dos jesuítas se confinava ao que, irreversivelmente, os painéis aludiam. Aliás, estando os estudantes sentados de costas para os mesmos, a função didática desce para o nível da advertência pontual e da construção do imaginário institucional que consagra a escola, em qualquer dos seus modelos, como espaço insubstituível de transmissão dos saberes. A tese que estabelece uma relação direta entre as imagens dos painéis e o conteúdo do ensino dos jesuítas alimenta o mito anti-jesuítico e esquece-se de criticar a educação racionalizada e estereotipada em sistema. Sistema bem montado pelos jesuítas, mas pouco sensível à imanência de um pensar e sentir vitais.

Que os painéis não refletem o ensino dos jesuítas, disse-o Pereira Gomes em *A formação intelectual do Jesuíta*. Esclarece-se que, nos últimos anos da presença dos Padres da Companhia nas universidades portuguesas, se procedeu a uma reforma interna alavancada pelos docentes e contrária à força impositiva da Provisão de D. João V, de 23 de setembro de 1712, que condicionava a modernização programática do ensino. Transcreve-se uma passagem:

No que respeita, porém à actividade dos últimos lentes [de Artes], verificamos que eles, pondo-se à margem dos Estatutos, acabaram por dar forma nova aos seus cursos. [...] Não mais se reconhece neles o comentário a Aristóteles. As designações de «Priores», «Tópicos», «Físicos», e outras semelhantes [...] deviam parecer-lhes já obsoletas e ultrapassadas. [...] nem sequer respeitam a distribuição das matérias pelos quatro anos do curso. O conjunto das disciplinas filosóficas [...] sai das suas mãos com esta forma: Filosofia racional, para o 1.º ano, compreendendo a lógica e a metafísica [...] Filosofia natural, para o 2.º e 3.º ano, compreendendo as ciências, e em especial a física, a cosmografia e a biologia. Filosofia moral, para o 4.º ano, limitada à moral individual ou ética. Acrescentemos, no princípio, uma introdução

sobre a História da Filosofia; e no fim, várias estampas com figuras, a ilustrar a exposição das ciências. (Rodrigues,1917: 46-47)

Por conseguinte, a busca de um equilíbrio entre as validades dos princípios da fé e da razão e a transposição desse equilíbrio para a matriz educativa eclética não deve ter sido tarefa fácil num período em que o mundo se reinventava à margem da Igreja. Mesmo não sendo fácil, os professores jesuítas iam-se afastando da doutrina aristotélico-tomista como corrobora um documento intitulado *Elencus Quaestionum, quae a Nostris Philosophiae Magistris debent, in hac Provinda Lusitana Societatis Jesu*, dado à estampa em 1754. Guardado na pequena biblioteca das freiras do Convento de Santa Maria de Semide (Coimbra), o documento expressa uma resposta renovadora e inclusiva dos novos conhecimentos científicos. Também em 1754, Inácio Monteiro – antigo aluno do curso de Filosofia da Universidade de Évora – publicava *Princípios* em declarado abandono da tutela do pensamento escolástico, mas sem filiação acrítica em qualquer das muitas teorias que se interceptavam nos centros europeus, nomeadamente a de Newton (Calafate, vol. III, 2004). Em hipótese, talvez as duas publicações concertassem participar o desejo renovador dos jesuítas favorável a um ecletismo equilibrado que já recusava a metafísica autorizada e dava lugar às perspetivas de Descartes, Gassendi, Borelli, Newton, entre outros. Fica, assim, sem fundamentação o argumento acusatório da fidelidade indeclinável dos jesuítas ao figurino inicial da *Ratio studiorum* e, o mais interessante para o momento, perde força a associação entre as cenas dos painéis azulejares e o conteúdo preciso do ensino. Parece mais prudente afirmar, para evitar reducionismos, que os painéis evocam temas e problemas filosóficos que dão a tónica programática e a coloratura do ambiente de estudo.

Avança-se uma curta nota para enquadrar historicamente a visita, lembrando que o edifício da universidade, tal como o conhecemos atualmente, resulta da sequência de obras de construção e remodelação. O ‘quase’ quadrado claustral (43m x 39 m) pelo qual se distribuem as salas de aula dos Estudos Gerais e a primitiva capela, agora conhecida como Sala dos Actos, foi concluído em 1562, três anos depois da inauguração oficial do edifício. A fachada nobre é bem mais tardia (1725) e os trabalhos de execução e implementação dos azulejos nas salas prolongou-se de 1744 a 1749, ou seja, o revestimento ficou pronto pouco antes da expulsão dos jesuítas por decreto régio de 3 de setembro de 1759, de que resultou o encerramento da universidade por dois séculos (Velo, 1949: 77-117). As aulas de Filosofia tinham quatro salas reservadas: a aula de Geometria, que tinha lugar na sala atualmente identificada pelo número 114, a aula de Filosofia Grega que fica na sala 119, a aula de Física seguida da aula de Metafísica, a que correspondem respetivamente as salas 120 e 121.

Na visita proposta passa-se ao lado da aula de Geometria, pequeníssima e sem qualquer janela.

Uma, duas, três salas.

Vamos começar a visita num rápido percurso *peddy-paper*: 15 minutos.

Sala 119. Apesar de estamos em situação pandémica a porta da sala está encostada. Não deveria estar. É preciso empurrá-la com força. A sala da Filosofia Grega está às escuras, mal se reconhecendo o quem está dentro. A pessoa dá dois passos em direção a Irene Borges Duarte. – «Pierre Hadot? Imagine-se... E eu que incluí alguns dos seus textos no programa do Seminário de Temas Aprofundados de História da Filosofia». Mas ao contrário da esfinge que petrificada primeiro pergunta e consoante a resposta estrangula ou não, Hadot convida sorridente e amavelmente: – «Entre!». E agora, no centro da sala, enuncia o exercício: – «Olhe bem para os painéis e diga que outras famosas escolas da antiguidade grega não estão aqui representadas. E como a cara Colega se tem ocupado com a Hermenêutica, não se esqueça de descortinar uma razão. Cinco minutos a contar de agora!». Começando a olhar os silhares da esquerda para a direita segundo a ordem habitual de folhear os livros, Irene identifica a Academia, o Pórtico do estoico Zenão de Cítio, a *ars dicendi* de Aristóteles com Alexandre, a escola socrática, o Liceu aristotélico e de novo a Academia. Ora faltam ... E em tom de triunfo diz: – «Nada há de mais fácil. Faltam principalmente o Jardim do hedonista Epicuro, a Escola Cínica de Diógenes e a Escola Céptica de Pirro». «Como sabe Colega, eu teria incluído todas as escolas antigas – esclareceu Hadot –, pois todas interpretam a filosofia como modo de vida. Lembro até que escrevi: “(...) *dans toutes les écoles philosophiques, on trouve, selon des méthodes diverses, la même prise de conscience du pouvoir que possède le moi humain de s’affranchir de tout ce qui lui est étranger (...)*” (Hadot, 2002: 292). Apesar das divergências que as distinguem, todas participam da concepção de prática filosófica «*comme effort de modification et de transformation de soi*» (Hadot, 2002: 368)”. Bom, e que tal uma razão? É só o que está em falta». «Está claro – respondeu Irene – que a tónica atarácica é mais significativa no epicurismo. Nenhuma das outras escolas se inclinada tanto para a formação do carácter e se adequa tanto ao ambiente pedagógico e à missão evangélica desta universidade. Os ecos de ironia, pessimismo e hedonismo seriam perturbadores de uma ética da virtude cristã». Dando a primeira prova por concluída, Hadot respondeu: – «Colega: por ter acertado, pode passar à sala seguinte. Entre e lá encontrará alguém. Atenção aos minutos, pois excedemos o nosso tempo».

Sala 120. Na sala da Física não estava ninguém. Ou estava? «Cara Colega, olhe para cima. Aqui, na cátedra». Ah! Lá estava Umberto Eco com um pequeno bloco de apontamentos. Será que se sentia inspirado pelo ambiente jesuítico da universidade tal como fora inspirado pelo ambiente templário de Tomar, que deu origem a *O Pêndulo de Foucault* (1988)? Umberto Eco parecia ter captado mentalmente o nome do livro e comentou: «Cara Colega, em 1988 publiquei O

Pêndulo de Foucault, precisamente no ano em que defendeu a sua tese de mestrado em História da Filosofia, na Universidade de Lisboa. Mas não é nesse livro que está a pista da pergunta a fazer-lhe. Em 1994, quando a Colega defendeu a tese de doutoramento em Filosofia Fundamental, na Universidade Complutense de Madrid, eu publiquei *A Ilha do Dia Antes* (1994), um romance sobre um naufrago nos Mares do Sul, encalhado junto do Ponto Fixo, e que ocupa os dias a reconstituir as suas deambulações pelos círculos intelectuais, incluindo os das *Précieuses*, onde se discutia ciência e a recordar pessoas que lhe deram a conhecer as experiências científicas do século XVII. Uma panóplia de assuntos. Nesta sala da aula de Física ilustram-se as experiências sobre a força do vácuo, a densidade dos corpos, a perspectiva, a reflexão e o magnetismo, adverte-se para quem ousa apropriar-se e domesticar o Fogo absoluto e homenageia-se Aristóteles, o primeiro Físico. Olhe ali, Cara Colega – apontou Umberto Eco – e diga qual o título do XVI capítulo do meu livro *A Ilha do Dia Antes*. Irene já estava impaciente com tamanha introdução e os minutos a passarem-se. Começou a sentir-se como uma aluna que não preparou a leitura do texto recomendado para fazer o relatório. Afinal que tinha o silhar de azulejos? Umberto Eco, reparando que Irene fixara o olhar na inscrição da cartela, exclamou: «É isso mesmo! *Pullius simpaticus*. E que significa?». – «Caramba! Esta pergunta é mais difícil que a anterior. Se fosse pó da empatia e do cuidado Sei lá ... o pó de arroz de Carlos Paião ...». E para desviar um pouco o assunto, confrontou Umberto Eco: «Não era para ser uma visita guiada?». «Guiada?» – espantou-se o filósofo milanês que não tinha intenção de sair da cátedra nem de fechar o seu bloco de notas. – «Cara Colega, sugiro a releitura do capítulo do meu livro e recomendo vivamente a leitura do Discurso de kenelm Digby (1681)». Irene não gostou da recomendação: – «Que maçada! Nem sei se vale a pena visitar a sala da aula de Metafísica. Faltam três minutos para isto terminar».

Sala 121. Irene empurrou a porta. Espreitou. Não viu ninguém. Entrou. Ao fundo, do lado direito de quem entra, estava Martin Heidegger. – «Ah!», exclamou em sussurro e comentou para si mesma: – «Um “pastor do ser” no Alentejo». Ele esperava-a junto do segundo silhar. Antes detivera-se em cada um dos painéis com imagens e cenas alusivas a questões da Metafísica, interpretando-os como registos pictóricos da “casa do ser”: a questão do *motor motus*, a que Duns Escoto designou por Primeiro Princípio, a questão do processo abstrativo de compreensão da natureza, a questão da relação entre ente e essência, a questão do discernimento entre imaginação e razão, a questão do termo médio da lógica evocado no verso *Inter utrumque volat* das *Metamorfoses* de Ovídio (evocação da criação do mundo, num traçado próximo do teto da Capela Sistina), a questão da relação entre possibilidade e necessidade, a questão da dependência das criaturas ao criador absoluto, e a questão sobre a eternidade do mundo. Mas Heidegger estava concentrado na ave sem penas,

deixada em suspensão, nem morta nem viva, e que, quando a olhamos, mais parece “uma coisa em forma de assim”, como escreveu Alexandre O’Neill. Pensava se aquela ave poderia ter servido de ponto de partida para lançar a pergunta aos seus alunos sobre o sentido e os limites de uma certa forma de determinar a coisa. Logo que deu pela presença da Irene, Heidegger olhou para o relógio e só tinham ... dois minutos. Procurou ser prático, respirou e surgiu-lhe a frase “Wege, nicht Werke”. Numa associação rápida, pensando em voz alta, disse: – «É isso mesmo: abrir o caminho com uma pergunta». Olhando para Irene, largou a pergunta: – «Cara Colega, de todas as cartelas que por aqui há, qual escolheria para encimar a porta de entrada desta sala de aula?». Ela ficou surpreendida com a sugestão, mais do que com a pergunta: – «Vê-se logo que foi Reitor em Friburg. Mal chega ao Edifício do Espírito Santo e já quer fazer alterações». Irene concentrou-se então na pergunta e volteando o olhar, respondeu: – «*Quaerit rerum essentias*». Estava certo.

Encerramento

E a sala 114? Essa sala pequena e escura decorada com painéis cheios de instrumentos com os quais as crianças e os anjos brincam, e onde o inglês Louis Baiden, desembarcado em Lisboa em 1725 (Pacheco, 1982), gostaria de ter dado o seu Curso de Filosofia Experimental se a sala já tivesse sido decorada. Precisamente a sala da aula de Geometria e Astronomia. Irene Borges Duarte, que já estava cansada e com o tempo esgotado, desistiu da prova com a sua habitual frase espanhola: «Me da igual». Aproveitou para conversar com Heidegger, retomando a *Der Spiegel Interview*, de 1966. Eu só espero que se tenha lembrado de ligar o gravador do telemóvel para que possamos ouvir mais tarde.

Maria Teresa Santos é Docente do Departamento de Filosofia da Universidade de Évora e membro integrado do CIDEHUS.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, A. Banha de. *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- CALAFATE, Pedro (Dir.). *História do Pensamento Filosófico Português*. Vol. II. Lisboa: Caminho, 2004.
- DIGBY, Kenelm. *Discours fait en une celebre Assemblée, par le chevalier Digby... touchant la Guerison des Playes par la Poudre de Sympathie*. Paris: Chez Charles Osmont, 1681.
- ECO, Umberto. *Il pendolo di Foucault*. Milano: Bompiani, 1988.
- ECO, Umberto. *L'isola del giorno prima*. Milano: Bompiani, 1994.
- Elencus Quaestionum, quae a Nostris Philosophiae Magistris debent, in hac Provincia Lusitana Societatis Jesu*. Impressos da Livraria, n.º 4370 da Série Preta, 1754.
- GOMES, João. Os professores de Filosofia da Universidade de Évora (1559-1759). Évora: Câmara Municipal, 1960.
- HADOT, Pierre. *Exercices spirituelles et philosophie antique*. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Albin Michel, 2002.
- LEITÃO, Henrique. Azulejos que testemunham uma tradição de ensino científico: exposição azulejos que ensinam. Coimbra: Centro de Matemática da Universidade de Coimbra, 2007. Disponível em https://www.academia.edu/35833847/Azulejos_que_testemunham_uma_tradi%C3%A7%C3%A3o_de_ensino_cient%C3%ADfico Acesso em: 2 abr. 2022.
- LOBO, Rui. O Colégio-Universidade do Espírito Santo de Évora. Évora: Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, 2009
- MENDEIROS, José Filipe. *Os azulejos na Universidade de Évora*. Évora: Universidade de Évora, 2002.
- O'NEILL, Alexandre. *Uma coisa em forma de assim*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- OVÍDIO. *Metamorfoses*. Trad. e Introd. por P. F. Alberto. Lisboa, Cotovia, 2004.
- PACHECO, Maria Cândida. Filosofia e Ciência no Pensamento Filosófico dos séculos XVII e XVIII. *Brotéria (Actas d I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia)*, Braga, tomo XXXVIII-II, 1982, p. 474-486.
- RODRIGUES, Francisco. A Formação Intelectual do Jesuíta. Leis e Factos. Porto: Livraria Magalhães e Moniz, 1917.
- VAZ, Francisco. O ensino dos jesuítas na Universidade de Évora – o uso didático de azulejos no Colégio do Espírito Santo. *História da Educação*, Porto Alegre, n. 24, 2020. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93431>
- VELOSO, José. *A Universidade de Évora. Elementos para a sua História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1949.

